

14 NOV 1986

ROBÓTICA

A idéia nasceu no último reveillon: como seus netos estariam comemorando os reveillons do século XXI? Que Brasil esse grupo estaria deixando às novas gerações?

O grupo concluiu que a Constituição a ser escrita no próximo ano poderá ser a mais determinante e significativa das heranças que deixariam a seus netos. A festa passou, mas a inquietação de dois daqueles amigos cresceu: Max Barcellos Corrêa, 58 anos, 7 filhos e dois netos, professor titular do Departamento de Engenharia de Produção de Escola Politécnica, e Paulo Blandy, 66 anos, dois filhos e quatro netos, engenheiro civil, continuaram se encontrando. A preocupação, agora, era com os candidatos que escreveriam a Constituinte. E a primeira idéia foi a de elaborarem eles próprios um protótipo de Constituição, estabelecendo as matérias, as posições, e os deveres e direitos que consideraram fundamentais. Os candidatos que manifestassem posições semelhantes ou próximas teriam seus votos, os de seus amigos, e todo o apoio do grupo. Mas a idéia acabou evoluindo: como acreditar num candidato que, na ânsia de somar votos, diz concordar com essas ou aquelas aspirações e reivindicações? — perguntaram os amigos. O mais natural — eles concluíram — era saber a que veio o candidato e o que pretende, e não se suas idéias atendem as preocupações deste ou daquele grupo. "E o candidato que deve se manifestar, de forma que aqueles que se afinam com suas posições possam votar nele", acredita Barcellos.

Foi então que surgiu a idéia de um questionário: uma seleção de perguntas

que, respondida pelos candidatos, inevitavelmente revelariam suas posições e os exporiam à opinião pública. Barcellos e Blandy passaram semanas selecionando as questões e submeteram a sabatina a dezenas de amigos que contribuíram com reformulações, cortes e novas, perguntas. A essa altura, a pequena ação entre amigos já estava se transformando num projeto tão amplo que se poderia materializar numa importante contribuição para a formação da futura Assembleia Constituinte. A idéia agora era publicar a "sabatina" nos jornais e convidar os candidatos para que tornassem públicas as suas respostas.

A proposta, explica o professor, responderia a dois quesitos fundamentais numa democracia: o direito de cobrança e a representatividade. "Se você declara no jornal o que pensa e depois não cumpre, eu tenho o direito de vir a público e dizer que você mentiu. Talvez isso não resolva o problema, mas é um direito, e o que está faltando na nossa democracia são direitos e formas de cobrança", argumenta Barcellos. O outro quesito é o da representatividade, só possível se as pessoas souberem em quem estão votando. "Para que uma Constituição seja representativa, é preciso que ela de fato espelhe a consciência nacional. E eu só posso votar conscientemente quando sei o que pensa o meu representante." Ao responderem o questionário, observa o professor, os candidatos estariam revelando o que são e o que pensam.

O grupo de amigos chegou a redigir e enviar aos jornais uma carta onde expunham os objetivos do projeto, acompanhada

Constituinte

O que estes cidadãos gostariam de saber dos candidatos

Aurellano Blancarelli

do questionário e de um texto endereçado aos candidatos, convidando-os a manifestar suas posições publicamente.

O sonho enroscou na escassez de tempo. Nem por isso deixa de ser revelador da inquietação que toma conta de uma parcela do eleitorado, consciente da importância de uma Constituição. "Fico aflito quando ouço o que dizem muitos candidatos", diz o professor Barcellos. "Eles não entenderam que uma Constituição é a fixação dos princípios fundamentais que regerão o País. Muitos se aproveitam dessa confusão para ganhar votos, dizendo que defenderão este ou aquele setor, como se a Constituição tivesse lugar para isso", diz. "Nossos filhos e netos" — ele alerta — "estão correndo o risco de receber uma Constituição tipo colcha de retalhos e cheia de formulações operacionalmente impossíveis."

O Questionário

A sabatina formulada pelo professor Barcellos e seus amigos contém 31 perguntas, mas eles próprios ressaltam: mais importante que as questões em si é a idéia do questionamento. As cinco primeiras perguntas tratam da legislação eleitoral: "O voto deve ser vinculado?" "Numa mesma eleição, o eleitor deve votar obrigatoriamente em candidato de um só partido?" "Os partidos devem ter um programa de atuação definido e divulgado?" "O candidato eleito que sair do partido que o elegeu perde o mandato?" "Os partidos devem obter um número mínimo de votos em cada eleição para poderem manter seu registro?"

As outras cinco perguntas são sobre legislação trabalhista: "Os sindicatos devem ser criados, organizados e administrados pela categoria interessada, sem nenhuma tutela governamental?" "O trabalhador tem o direito de não aderir à greve?" "Tem o direito de pertencer ou não ao sindicato de sua categoria?" "As atividades e serviços essenciais podem ser atingidos por greves?" "O funcionário público e os outros trabalhadores devem ter legislações diferentes?"

O questionário aborda em seguida questões diversas: pena de morte, aborto, acesso às informações que o Estado possui sobre cada cidadão, os jogos de azar, a assistência médica prestada pelo Estado ("ela será feita sem nenhuma contribuição específica do cidadão?"), a aposentadoria e o auxílio doença (instituições privadas pode-

rão participar desses serviços?). Pergunta se a censura deve existir, já que os responsáveis pelos meios de comunicação respondem civil e criminalmente pelo que divulgarem, trata do homossexualismo, prostituição e pornografia, do uso e do tráfico de drogas ("ele deve ser combatido com todo o rigor, sem exceções?"). Pergunta se a proposta de orçamento da União não deve ser discutida pela opinião pública antes de aprovada pelo Congresso, e se a emissão de moeda, concessão de créditos e subsídios, impostos e taxações não devem ser obrigatoriamente subordinadas ao Orçamento aprovado.

As questões seguintes tratam da energia nuclear (o programa nuclear não deve ser interrompido até que se obtenham condições de segurança compatíveis?), da preservação da natureza e da educação escolar obrigatória. As últimas seis questões são feitas em forma de respostas múltiplas. Por exemplo, a 26ª diz: "A atividade empresarial: a) Cabe fundamentalmente ao Estado; b) Poderá ser exercida pelo Estado e pela iniciativa privada; c) Cabe fundamentalmente à iniciativa privada devendo o Estado exercê-la somente quando não houver interesse das empresas privadas; d) Cabe fundamentalmente à iniciativa privada, podendo o Estado exercê-la nas áreas que julgar conveniente". As outras questões, nesse estilo, tratam do "menor abandonado carente", do "índio", do "capital estrangeiro", da "reforma agrária" e da "pesquisa e proteção de valores culturais, históricos e artísticos". Uma boa parte dos candidatos que querem escrever a Constituição certamente não passaria nesse vestibular.